

# Brasil sempre renegociou dívida

**JOSÉ ANTONIO RIBEIRO**

"A situação que atravessamos apresenta um característico assustador: não temos dinheiro, não temos crédito. E quando um país se desacredita perante o estrangeiro, os nacionais, que pagaram com sacrifícios quantos impostos delles exigiram, devem sentir-se abatidos e lançar as vistas pelo horizonte político e ver si lobrigam o despontar de alguma esperança que os reanime". Com pequenos ajustes de estilo e ortografia, esse comentário, publicado por **A Província de São Paulo**, no dia 25 de novembro de 1877, permanece atual.

Com pequenas adaptações, o comentário poderia ter sido publicado, em qualquer data, desde que o Brasil se tornou politicamente independente, há 161 anos. O senador Roberto Campos, que participou ativamente da renegociação da dívida externa no início do governo da Revolução, considera monótona a discussão sobre renegociação ou moratória, um dos temas mais discutidos atualmente.

"Há 150 anos já se falava em moratória. Sempre se falou disso no Brasil. Não há nada de original no debate que se trava atualmente sobre o assunto", afirma o senador. O tema não é novo efetivamente, mas o problema assumiu aspectos completamente novos, pelo volume da dívida, por alterações em sua natureza e pelas novas condições do mercado financeiro internacional.

Em 1964, última vez em que o Brasil renegociou formalmente com seus principais credores, a dívida externa total era de US\$ 3,1 bilhões, quase toda proveniente de empréstimos contraídos junto às instituições oficiais, tipo Eximbank, Bird e Bid. O País exportava US\$ 1,4 bilhão, quase metade do valor total da dívida. Atualmente os credores do Brasil são mais de mil bancos privados, além das instituições oficiais.

As exportações, se atingirem US\$ 23 bilhões este ano, ficarão ao redor de 26% apenas do montante da dívida. E, ao contrário de 64, quando o País possuía reservas externas correspondentes a 15% da dívida bruta, hoje, além de não haver reservas, existem vencimentos atrasados que somam US\$ 1,5 bilhão segundo informações do próprio Banco Central.

## EXPERIÊNCIA DE RENEGOCIAÇÃO

O Brasil politicamente independente já nasceu endividado: Portugal só concordou em reconhecer a independência brasileira quando o imperador D. Pedro I aceitou a responsabilidade de pagar a dívida que a Coroa portuguesa havia contraído junto a banqueiros ingleses, exatamente para combater o movimento de independência no Brasil.

Seis anos após obter sua independência, o Brasil já estava com uma dívida de três milhões de libras esterlinas e pagava, por ano, 300 mil libras de juros e amortizações, ou seja, 10% do valor dos débitos. Atualmente, para uma dívida estimada em US\$ 90 bilhões, os juros e amortizações estão previstos em US\$ 16 bilhões, que equivalem a 17,7%.

Apesar dos problemas de pressões que toda nação enfrenta quando consegue sua independência, o Brasil atravessou todo o período do Império, de 1822, a 1889, sem ter de renegociar sua dívida externa e muito menos enfrentar uma moratória. (Renegociar significa fazer um novo acordo sobre prazos, juros e condições de pagamento. Moratória é mais grave que uma simples renegociação: significa fazer um acordo sobre a "mora", os atrasos de pagamentos).

A primeira renegociação formal da dívida externa foi feita no governo de Campos Salles, quarto presidente brasileiro do período revolucionário. Não havia ainda o Fundo

Monetário Internacional, que só foi criado em 1946, mas o ministro Joaquim Murinho, da Fazenda, teve de enfrentar uma série de exigências dos credores, principalmente aumento dos impostos e corte dos investimentos, algo parecido com o que vem ocorrendo nos últimos meses.

Somente com a aceitação dessas exigências, Campos Salles conseguiu consolidar toda a dívida em um empréstimo único. "A causa de nossas dificuldades financeiras é de natureza transitória: a baixa do câmbio. Removida essa causa ou minorados seus efeitos, nossa situação será magnífica", explicava em 1898 o ex-presidente, logo após concluir com os banqueiros ingleses a suspensão temporária do pagamento da dívida.

## MORATÓRIA

Em 1931, quando era ministro da Fazenda o economista José Maria Whitaker, o Brasil voltou a renegociar a dívida, operação que alguns jornais da época noticiaram como moratória. O ex-presidente Juscelino Kubitschek, com seu programa desenvolvimentista, também enfrentou problemas com os banqueiros, principalmente norte-americanos, no final da década de 50.

Como os banqueiros dos EUA praticamente controlavam o FMI, promoveram um verdadeiro boicote do mercado financeiro internacional aos novos empréstimos ao Brasil. Kubitschek conseguiu algum apoio isolado de banqueiros europeus e japoneses, mas teve de basear seus investimentos em emissão de moeda e conseqüente aumento da inflação. Em seu governo, de 1956 a 1961, a dívida externa subiu US\$ 2,56 para 3,14 bilhões.

Jango Goulart, com uma dívida superior a US\$ 3 bilhões, tentou renegociá-la e reescalonar os prazos de pagamento. Também não conseguiu devido às pressões e ao boicote dos bancos internacionais. De 1962, quando assumiu, até deixar o governo em 64, a dívida bruta caiu de US\$ 3,36 para 3,15 bilhões.

A renegociação tentada por Goulart em 1963, só foi realizada no final de 64 pelo governo da Revolução com diversos países, isoladamente. A renegociação ou a moratória não é invenção de país subdesenvolvido.

A China e a União Soviética, após suas respectivas revoluções, deram o "calote" à maioria dos credores. Após se tornar independente, os Estados Unidos, hoje maior potência econômica mundial, também deixaram de cumprir compromissos financeiros internacionais.

O Brasil, que atualmente enfrenta um serviço da dívida no valor de US\$ 16 bilhões, que consomem cerca de 80% de suas exportações, já foi várias vezes prejudicado pela moratória de seus parceiros. De 1940 a 1945, abalada pela Segunda Guerra Mundial, a Inglaterra suspendeu o pagamento de dívidas comerciais e nunca pagou os juros.

Para receber o pagamento de mercadorias que havia exportado para os ingleses, o Brasil se viu obrigado a importar uma grande quantidade de mercadorias mais ou menos supérfluas. Mais recentemente, a Polônia renegociou sua dívida e o Brasil voltou a ser prejudicado com atrasos de pagamento superiores a US\$ 1 bilhão. Assim, no final do ano passado, quando aparentemente o Brasil ainda possuía reservas externas de US\$ 3 a 4 bilhões, para uma dívida de US\$ 64,4 bilhões, verificou-se que a maioria dessas reservas era representada por compromissos de países inadimplentes.

Nos últimos anos, foi a seguinte a evolução da dívida dividida (menos reservas), das exportações e do quociente da dívida dividida pelo valor das exportações: